

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA – PRODEB

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – PRODEB – (Companhia) é uma sociedade por ações, de economia mista, vinculada à Secretaria de Administração - SAEB, instituída nos termos da Lei nº 3.157 de 01 de outubro de 1973. O endereço registrado do escritório da Companhia é: Avenida 4, nº 410, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador, Bahia, Brasil, CEP 41745002.

A Companhia tem por objetivo, prover soluções com Tecnologias de Informação e Comunicação (TI e TIC) para modernizar e aprimorar a gestão governamental e o relacionamento com a sociedade. Nesse contexto, a Prodeb apresenta no seu portfólio atual, serviços de processamento de dados, data center, conectividade, desenvolvimento de sistemas, sites e portais, soluções aplicativos, gerenciamento de projetos, entre outros, inclusive de assessoramento técnico aos órgãos da administração pública em geral, contando, hoje, com cerca de 80 clientes entre secretarias, órgãos e instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de prefeituras.

No último exercício, a Companhia apresentou lucro operacional, apesar de nos exercícios anteriores, especialmente entre 2015 e 2016, ter apresentado prejuízos operacionais e capitais de giro negativos. O prejuízo do exercício de 2016, no montante de R\$ 19.556.711, está relacionado com o acréscimo dos custos com pessoal, decorrente de demissões ocorridas durante o exercício. O prejuízo do exercício de 2015, no montante de R\$ 8.165.832, está relacionado com a redução do faturamento e o acréscimo dos custos com pessoal, decorrente de demissões ocorridas durante o exercício. Contudo, em 2017, o lucro de R\$ 7.748.108, decorre, principalmente, de ajustes tributários decorrentes da adesão da Companhia ao Programa Especial de Recuperação Tributária – PERT, além dos acréscimos observados no faturamento e equilíbrio nos gastos com pessoal.

A Administração se mantém empenhada em aperfeiçoar todos os processos e controles internos, assegurando uma gestão atuante e transparente, com vistas a solucionar eventuais inconsistências remanescentes de exercícios anteriores, através de medidas corretivas, iniciadas no exercício de 2015, tais como: a otimização do relacionamento com os clientes e a adequação dos preços, além do gerenciamento eficaz dos gastos, bem como das aquisições e contratos.

Nesse sentido, a Companhia adotou práticas e planos de melhorias operacionais, desenvolveu uma nova visão evolutiva de tecnologia dentro de um novo cenário da administração pública, modelo financeiramente autossustentável inserido no contexto de

governança definido pelo Sistema de Gestão de Tecnologia e Comunicação do Estado da Bahia – SGTIC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como pelos Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), aprovadas pela Resolução CFC nº 1.255/2009.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de instrumentos financeiros não derivativos.

2.3 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas nesta moeda, excluídos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Por conseguinte, os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Determinadas mensurações necessitam do julgamento da Administração no processo de registro de estimativas contábeis. Entre os ativos e passivos significativos que estão sujeitos a essas estimativas e premissas incluem parte das contas a receber (PECLD), os tributos a recuperar, e provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

2.5 Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

b) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros derivativos são aqueles que oscilam em função de mudanças nas taxas de câmbio, juros, valores mobiliários, índices, dentre outros fatores, como operações de hedge, operações de opções ou compra e venda de moedas estrangeiras a termo.

Os instrumentos financeiros não-derivativos são classificados inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados ao valor provável de realização na data de encerramento das demonstrações financeiras.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior ao custo de reposição.

d) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação calculada sobre o valor de cada bem pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

e) Intangível

Os bens integrantes do ativo intangível correspondem aos gastos associados à aquisição de sistemas e programas de informática, dos quais são esperados benefícios econômicos futuros com a sua utilização e são amortizados segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos apurados em base *pró-rata* dia e as variações monetárias incorridas.

g) Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices

contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

h) Redução ao valor recuperável (impairment)

Os ativos são revistos para identificar perdas por impairment sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as adições e exclusões ao prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para o período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

j) Ajustes retrospectivos

No exercício de 2017, a Companhia efetuou análises de suas contas e registrou, em contrapartida na rubrica de “Prejuízos acumulados”, a título de ajustes de exercícios anteriores, o montante líquido de R\$ 603.065, composto pelos seguintes lançamentos:

Descrição	Efeito por ano <i>(Valores em R\$)</i>		
	2017	2016	Outros
Ajustes identificados na revisão tributária	(822.932)	(822.932)	-
Reconciliação entre saldos contábeis e controles financeiros	219.867	95.546	124.321
Total	(603.065)	(727.386)	124.321

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa Geral	11.768	21.670
Bancos	74.845	35.958
Aplicações Financeiras	1.160.690	1.753.900
Total	1.247.303	1.811.528

As aplicações financeiras foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa por serem de curtíssimo prazo e de alta liquidez.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2017	2016
SAEB – Secretaria da Administração do Estado da Bahia	6.819.542	2.407.381
SEC – Secretaria da Educação	3.075.423	2.933.254
SESAB – Secretaria de Saúde do Estado da Bahia	1.444.745	831.466
Dep. Est. de Trânsito do Estado da Bahia	814.706	-
SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia	716.528	1.604.033
Sec. do Meio Ambiente do Estado da Bahia	583.771	-
Companhia de Eng. Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia – CERB	424.457	308.926
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB	387.340	461.644
EBAL – Empresa Baiana de Alimentos S.A.	369.190	328.204
SSP – Secretaria da Segurança Pública	261.383	1.146.661
Prefeitura Municipal de Camaçari	183.229	56.481
Secretaria do Turismo do Estado da Bahia	116.070	15.933
Secretaria de Justiça, Dir. Humanos, e Desen. Social - SJDHDS	78.293	284.512
Casa Civil do Governador do Estado da Bahia (CCB)	42.941	58.682
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	28.182	65.064
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	17.204	16.349
GABGOV – Gabinete do Governador do Estado da Bahia	-	26.418
Cia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia	-	45.859
Prefeitura Municipal de Salvador	-	453.811
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP	-	218.597
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia	-	35.034
INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	-	296.317
Outros	2.740.288	3.901.873
(-) Créditos a identificar	(17.790)	(357.322)
(-) PECLD	(180.209)	-
Total	17.905.293	15.139.177

Créditos a identificar

Referem-se a recebimentos ocorridos cujos clientes não foram identificados. A Administração da Companhia espera, durante o exercício de 2018, concluir o processo de identificação desses créditos.

Perdas estimadas

A Companhia possui contas a receber no montante de R\$ 17.905.293 (Em 2016, R\$ 15.139.177), dos quais R\$ 325.702 (Em 2016, R\$ 380.887) foram emitidos há mais de um ano e estão pendentes de recebimento. A composição pode ser assim demonstrada:

<u>Ano</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2010	-	5.877
2011	98.494	110.842
2012	110.940	110.940
2013	-	3.612
2014	-	7.630
2015	-	141.986
2016	116.268	15.115.612
2017	17.777.590	-
(-) Créditos a identificar	(17.790)	(357.322)
(-) PECLD	(180.209)	-
Total	17.905.293	15.139.177

A Companhia constituiu provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 180.209, o que representa 55% dos valores vencidos há mais de um ano, considerando os critérios fiscais para dedutibilidade estabelecidos no art. 340 do Decreto nº 3.000/1999 (RIR).

5. ESTOQUES

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Almoxarifado	656.837	715.178
Total	656.837	715.178

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são representados, basicamente, por materiais de escritório, limpeza, elétricos, lógicos, de manutenção de computadores e de instalações de redes.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2017	2016
Saldo negativo de IRPJ – Imposto de renda da pessoa jurídica	1.988.774	1.915.069
Pagamentos da Lei nº 12.973/2014 (REFIS Crise)	750.650	2.233.299
Saldo negativo de CSLL – Contribuição social sobre o lucro líquido	702.423	662.300
Tributos diversos – pagamentos indevidos e/ou “a maior”	372.817	1.776.585
ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza	40.450	38.171
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	-	1.982.017
PIS – Programa de Integração Social	-	432.575
Pagamentos da Lei nº 12.996/2014 (REFIS Copa)	-	887.235
Outros	90.357	21.633
Total	3.945.471	9.948.884
No ativo circulante	503.624	7.555.618
No ativo não circulante	3.441.847	2.393.266

Durante o exercício de 2017, a Companhia utilizou R\$ 3.097.727 de créditos apurados em revisão fiscal, realizada em 2016, para os tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos exercícios de 2012 a 2016, além de compensar os tributos correntes de 2017.

Ademais, em decorrência da liquidação do parcelamento da Lei nº 12.973/2014 (REFIS Crise), em 2017, a Companhia baixou as antecipações registradas a R\$ 2.233.299, ao tempo que constituiu R\$ 750.650 de novos créditos, objeto de pedido de restituição.

Quanto ao parcelamento da Lei nº 12.996/2014 (Refis Copa), também foram revisados os créditos anteriormente registrados como antecipações, culminando na constituição de novos créditos fiscais à título de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL dos anos-calendários de 2012 e 2013, que foram objeto de pedido de revisão cumulado com restituição fiscal (PAF RFB nº 10580.728941/2017-38) no total de R\$ 2.393.266.

Tributos diversos – pagamentos indevidos e/ou “a maior”

Refere-se, basicamente, a pagamentos efetuados pela Companhia no exercício de 2014 relativos ao IRPJ e CSLL devidos no exercício de 2013. Em decorrência da revisão tributária realizada no exercício de 2016, relativa ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2016, esses pagamentos foram detectados e contabilizados como tributos a recuperar, que foram devidamente compensados com tributos correntes, ao longo do ano de 2017, no montante aproximado de R\$ 1.599.782.

COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social – e PIS – Programa de Integração Social

Referem-se, principalmente, a pagamentos efetuados pela Companhia relativos ao PIS e COFINS devidos nos exercícios de 2013 a 2016. Em decorrência da revisão tributária realizada no exercício de 2016, relativa ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2016, esses pagamentos foram detectados e contabilizados como tributos a recuperar, que foram devidamente compensados com tributos correntes, ao longo do ano de 2017, no montante de, aproximadamente, R\$ 1.497.944.

Pagamentos da Lei nº 12.973/2014 (REFIS Crise)

No exercício de 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento de que trata a Lei nº 12.973/2014. Os débitos inclusos no parcelamento referem-se ao saldo remanescente do Parcelamento Especial – Refis IV, instituído pela Lei nº 11.941/2009. Em junho de 2017, o referido parcelamento foi homologado e liquidado pela Secretaria da Receita Federal, sendo apurado saldo remanescente de crédito tributário (pagamentos a maior) no montante atualizado de R\$ 750.650, objeto de pedido de restituição, que foi contabilizado, em 2017, como tributo a recuperar.

Pagamentos da Lei nº 12.996/2014 (REFIS Copa)

No exercício de 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento de que trata a Lei nº 12.996/2014. Os débitos inclusos no parcelamento referiam-se ao IRPJ e CSLL apurados, mensalmente, nos exercícios de 2012 e 2013, pelo método de suspensão e redução. Em 2016, parte desses débitos foi objeto de revisão fiscal, que apurou crédito de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 2.393.266 e foi devidamente registrado como tributo a recuperar, tendo em vista o protocolo de pedido de revisão cumulado com restituição fiscal, PAF RFB nº 10580.728941/2017-38.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais têm intuito de cobrir possíveis desembolsos com indenizações cíveis e trabalhistas.

	2017	2016
Ações trabalhistas	929.191	400.940
Ações cíveis	20.688	20.688
Total	949.879	421.628

8. IMOBILIZADO

A composição do ativo imobilizado da Companhia pode ser demonstrada como segue:

Bens	Taxa de depreciação %	2017		2016	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	1.007.776	(803.227)	204.549	148.373
Veículos	20	310.040	(310.040)	-	34.782
Instalações e benfeitorias	10	190.208	(42.478)	147.730	162.770
Equipamentos	20	6.288.722	(5.289.974)	998.748	1.242.930
Computadores e periféricos	20	41.973.354	(33.791.251)	8.182.103	9.140.592
Imóveis – Sala Cofre	05	17.797.878	(2.669.682)	15.128.196	16.018.090
Total		67.567.978	(42.906.652)	24.661.326	26.747.537

Movimentação do custo do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	935.138	92.944	(20.306)	-	1.007.776
Veículos	351.100	-	(41.060)	-	310.040
Instalações e benfeitorias	180.855	9.353	-	-	190.208
Equipamentos	6.363.245	8.565	(83.088)	-	6.288.722
Computadores e periféricos	40.261.134	2.737.690	(1.025.470)	-	41.973.354
Imóveis – Sala Cofre	17.797.878	-	-	-	17.797.878
	65.889.350	2.848.552	(1.169.924)	-	67.567.978

Movimentação do custo do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Móveis e utensílios	1.025.277	-	(90.139)	-	935.138
Veículos	413.055	-	(61.955)	-	351.100
Instalações e benfeitorias	74.890	105.965	-	-	180.855
Equipamentos	6.798.007	165.193	(599.955)	-	6.363.245
Computadores e periféricos	35.284.980	5.522.292	(546.138)	-	40.261.134
Imóveis – Sala Cofre	19.505.718	-	(1.707.840)	-	17.797.878
	63.101.927	5.793.450	(3.006.027)	-	65.889.350

9. FORNECEDORES

	2017	2016
MI Montreal Informáticas S.A.	1.695.737	854.246
Hasky Automação e Tecnologia da Informação	2.136.216	3.644.132
LANLINK Soluções em Informática	1.348.717	-
C.A. Programa de computadores part. e serviços Ltda.	1.059.669	1.071.123
Allen Rio – Serviço e Com. de Informática. Ltda.	590.888	1.349.539
IBM Brasil Ltda.	531.689	503.783
Aceco TI Ltda.	389.877	2.908.938
Avansys Tecnologia Ltda.	199.027	154.141
Centro de Pesquisa em Informática	180.158	-
Fraga de Medeiros LTDA	175.842	-
Telemar Norte Leste S.A.	136.182	26.378
Lettel Distribuidora de Telefonia Ltda.	235.196	348.412
MXM Sistemas e Serviços de Informática S.A.	82.025	-
Unisys Brasil Ltda.	12.172	314.975
CPMBraxis Outsourcing S.A.	-	280.887
Gartner do Brasil Serv. de Pesquisa Ltda.	-	157.600
Outros	1.446.963	1.649.028
Total	10.220.358	13.263.182
No passivo circulante	9.490.153	11.126.967
No passivo não circulante	730.205	2.136.215

No final do exercício de 2013, a Companhia contratou a ACECO TI Ltda. para elaboração de projeto e construção da Sala Cofre, bem como dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das suas instalações. O contrato no valor de R\$ 19.505.718, apresenta saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2017, de R\$ 389.877.

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2017	2016
Contribuição previdenciária (INSS)	1.915.805	1.214.352
FGTS – Fundo de garantia do tempo de serviço	663.156	697.670
Outros	51.816	82.151
Total	2.630.777	1.994.173

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2017	2016
Parcelamentos tributários		
ISS - Instrumento de acordo	2.752.608	3.580.245
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (REFIS Crise)	-	2.455.367
ISS – Parcelamento nº 11.807/2007	-	181.578
Parcelamento simplificado	-	6.540.439
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	-	-
Tributos a recolher		
IRPJ a recolher	448.263	-
CSLL a recolher	170.443	-
COFINS a recolher	730.144	1.665.668
Imposto de renda retido na fonte	1.773.442	1.864.995
Estimativas mensais IRPJ (REFIS Copa)	-	3.818.708
Estimativas mensais CSLL (REFIS Copa)	-	1.430.313
ICMS a recolher	491.507	411.185
PIS a recolher	158.024	234.290
ISS retido	92.277	73.854
Outros	277.483	278.194
Total	6.894.191	22.534.836
No passivo circulante	5.059.119	12.966.899
No passivo não circulante	1.835.072	9.567.937

Parcelamento da Lei nº 13.496/2017 (PERT)

Em maio de 2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária – PRT, instituído, inicialmente, pela MP nº776/2017 e regulado na IN RFB nº 1.687/2017, que foi convertido no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído Medida Provisória nº 783/2017 e Instrução Normativa nº 1.711/2017. Finalmente, a Companhia formalizou, em agosto de 2017, sua adesão ao PERT, hoje regulado pela Lei nº 13.496/2017, o que se mostrou um cenário mais vantajoso. Assim, parte considerável dos débitos tributários da Companhia com saldos em aberto em 2016, correspondente a R\$ 10.952.784, foram incluídos nesse parcelamento, o que ocasionou a redução dos saldos das obrigações tributárias.

O valor apurado para quitação integral do PERT, após as reduções de multa e juros, na modalidade de pagamento à vista, nos termos da alínea “a” e parágrafo único do inciso II, do art. 3º, da Lei 13.496/2017, equivaleu ao débito total de R\$ 7.768.303, e foi pago com sinal (DARFS) que totalizaram R\$ 1.396.198 além da utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, que correspondeu a R\$ 6.372.105, devidamente contabilizados como IR e CS Diferidos, no resultado da Companhia.

O referido parcelamento aguarda consolidação da Receita Federal do Brasil.

Classificação entre Circulante e Não Circulante:

Tributos / Parcelamentos	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ISS - Instrumento de acordo	917.536	1.835.072	895.086	2.685.159
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (REFIS Crise)	-	-	361.211	2.094.156
ISS – Parcelamento nº 11.807/2007	-	-	181.578	-
Parcelamento simplificado	-	-	1.751.817	4.788.622
IRPJ a recolher	448.263	-	-	-
CSLL a recolher	170.443	-	-	-
COFINS a recolher	730.144	-	1.665.668	-
Imposto de renda retido na fonte	1.773.442	-	1.864.995	-
Estimativas mensais IRPJ (REFIS Copa)	-	-	3.818.708	-
Estimativas mensais CSLL (REFIS Copa)	-	-	1.430.313	-
ICMS a recolher	491.507	-	411.185	-
PIS a recolher	158.024	-	234.290	-
ISS retido	92.277	-	73.854	-
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	-	-	-	-
Outros	277.483	-	278.194	-
Total	5.059.119	1.835.072	12.966.899	9.567.937

ISS - Instrumento de acordo

Em 03 de dezembro de 2012, a Companhia protocolou junto a SECRET - PROFI o instrumento de acordo com o Município de Salvador para quitação do débito de ISS, relativo aos exercícios de 2001 a 2006, cuja cobrança deu-se através da Notificação de Lançamento nº 1.904/2006. O Município concordou em rever os cálculos relativos ao tributo supramencionado, excluindo multa de infração, multa de mora e juros moratórios.

Conforme instrumento de acordo, os valores dos débitos tributários apurados atingem a quantia de R\$ 3.304.272, os quais serão liquidados em 96 (noventa e seis) parcelas, acrescidas de juros de financiamento de 1% (um por cento) ao mês, calculados pela tabela

price, vencendo a primeira no último dia do mês de janeiro de 2013 e as demais no dia 20 dos meses subsequentes. Os valores serão atualizados mensalmente pela variação do índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice, na forma da lei.

Quantidade de parcelas restantes		Saldo – R\$	
2017	2016	2017	2016
36	48	2.752.608	3.580.245
Circulante		917.536	895.086
Não circulante		1.835.072	2.685.159

Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (REFIS Crise)

Em 2017, a Companhia realizou, junto à Receita Federal do Brasil, a liquidação integral e homologação definitiva do Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (REFIS Crise). Nessa oportunidade, a totalidade desses débitos foram baixados contabilmente e houve indicação de pagamento a maior, realizado pela Companhia, o que foi objeto de pedido de restituição e devidamente contabilizado no grupo de Tributos a Recuperar do Ativo no valor de R\$ 750.650, conforme nota 6 acima.

ISS – Parcelamento nº 11.807/2007

Em 01 de agosto de 2007, a Companhia firmou acordo através do Termo de Assunção de dívida e compromisso de pagamento parcelado nº 11807/2007, a fim de liquidar débitos perante a Fazenda Pública Municipal, no valor atualizado de R\$ 1.568.335.

No referido acordo a Prefeitura concedeu desconto no montante de R\$ 545.431, sendo determinado o valor líquido a pagar de R\$ 1.022.904, o qual foi liquidado integralmente no exercício de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a posição do débito pode ser demonstrada a seguir:

Quantidade de parcelas restantes		Saldo – R\$	
2017	2016	2017	2016
-	07	-	181.578
Circulante		-	181.578
Não circulante		-	-

Parcelamentos federais simplificados / ordinários

No exercício de 2015, a Companhia protocolou, junto à Receita Federal do Brasil, diversos termos de opção por Parcelamento simplificado ou ordinário, em observância à Lei nº 10.522/2002. Os débitos incluídos neste parcelamento referem-se aos seguintes processos:

Processo	Consolidação	Competência	Débito original (R\$)
INSS (Cód. 2100)			
10580.724643/2015-15	Mai/2015	Dez/2014 e 13º/2014	1.148.742
INSS (Cód. 2985 - Faturamento)			
10580.729431/2015-16	Nov/2015	Set/2015	486.136
10580.729650/2015-03	Dez/2015	Ago/2015 e Set/2015	333.197
IRRF			
10580.724885/2015-09	Jun/2015	Nov/2014	382.338
CSRF			
10580.724885/2015-09	Jun/2015	Out/2014 e Nov/2014	161.086
PIS			
10580.725014/2015-02	Jun/2015	Nov/2014, Dez/2014 e Fev/2015	493.961
COFINS			
10580.729650/2015-03	Dez/2015	Nov/2014, Dez/2014, Fev/2015, Jul/2015 e Ago/2015	2.977.259
			5.982.719

Em 2017, a Companhia formalizou a desistência de todos os parcelamentos acima descritos para inclusão dos referidos débitos remanescentes no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, quitando integralmente a totalidade do passivo levantado, na modalidade à vista, o que implica na total quitação dessas obrigações e culminou no encerramento dos saldos anteriormente registrados nessas contas.

A posição dos parcelamentos é apresentada a seguir:

Processo	Quant. de parcelas		Saldo – R\$	
	2017	2016	2017	2016
10580.724643/2015-15 (INSS)	-	41	-	1.176.904
10580.724885/2015-09 (IRRF e CSRF)	-	41	-	748.624
10580.725014/2015-02 (PIS)	-	41	-	264.686
10580.729431/2015-16 (INSS)	-	41	-	514.757
10580.729650/2015-03 (INSS e COFINS)	-	48	-	3.835.468
Total			-	6.540.439
Circulante			-	1.751.817
Não circulante			-	4.788.622

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui demandas judiciais associadas a diversos processos trabalhistas, tributários e cíveis, para os quais vem apresentando defesas e recursos judiciais cabíveis. Contudo, alguns destes, particularmente os mais relevantes, ainda não apresentam uma definição clara quanto aos seus desfechos.

A Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para eventuais perdas com contingências, no montante de R\$ 5.148.971 (Em 2016, R\$ 4.139.503), conforme composição a seguir:

	2017	2016
Ações trabalhistas	4.442.723	3.275.709
Ações cíveis	706.248	695.850
Ações tributárias	-	167.944
Total	5.148.971	4.139.503

Trabalhistas

Dentre os processos trabalhistas provisionados, destacam-se os listados a seguir:

Processos Trabalhistas	2017	2016
0024800-06.2009.5.05.0037	828.348	676.131
0001277-89.2017.5.05.0002	619.668	-
0001395-81-2016-5-05-0008	484.540	-
0001359-28.2015.5.05.0023	438.192	483.387
0034500-64.2008.5.05.0029	395.722	554.099
0001273-25.2017.5.05.0011	242.615	-
0010440-17.2013.5.05.0008	128.436	118.450
0118300-66.2008.5.05.0036	115.916	118.367
0001306-30.2017.5.05.0006	110.495	-
0000898-95.2011.5.05.0023	104.357	192.997
0070000-87.2009.5.05.0020	103.148	190.481
0013500-84.2007.5.05.0015	30.175	118.737
0000413-88.2013.5.05.0035	-	563.851
0000253-76.2011.5.05.0021	-	-
0001120-40.2014.5.05.0029	-	106.320
Outros processos	841.112	152.889
Total	4.442.723	3.275.709

Do total das causas provisionadas em 2017, demonstrado acima, R\$ 1.917.164 correspondem aos processos classificados pelos assessores jurídicos como de êxito possível.

Cíveis

A Companhia possui demandas judiciais cíveis, para as quais foi constituída provisão no montante de R\$ 706.248.

Dentre os processos cíveis provisionados, destacam-se os listados abaixo:

Processos Cíveis	2017	2016
0408874-71.2012.8.05.0001	493.146	479.696
0125100-50.2000.8.05.0001	189.054	183.897
0358523-60.2013.8.05.0001	21.371	20.788
0072716-95.2009.8.05.0001	8.553	9.509
Outros processos	- 5.876	1.960
Total	706.248	695.850

Do total das causas provisionadas em 2017, demonstrado acima, R\$ 218.978 correspondem aos processos classificados pelos assessores jurídicos como de êxito possível.

A principal demanda cível da Companhia está relacionada ao processo nº 0085118-19.2006.8.05.0001 no montante de R\$ 47.393.061, movido pela Telematic Tecnologia Ltda., cujo pleito se refere à cobrança de reajustes dos valores contratados; incidência de atualização monetária, juros e multas sobre atrasos nos pagamentos, e; indenização por lucros cessantes e danos morais. A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão em relação a esta demanda judicial por entender que a probabilidade de perda é remota.

Tributárias

De acordo com o relatório dos assessores jurídicos, as demandas ativas de natureza tributária da Companhia não representam contingências que impliquem na constituição de provisões, pois as mesmas já estão devidamente reconhecidas contabilmente, como passivos tributários.

A Companhia possui registro, na situação fiscal perante a Receita Federal do Brasil, quanto a débitos tributários pendentes de resolução. Os processos administrativos estão apresentados no quadro a seguir:

Processos Administrativos Fiscais

Contribuições previdenciárias (situação: Suspenso para Inclusão no PERT):

119094444

123459257

Contribuições previdenciárias (situação: Aguardando Expiração de Prazo):

141352051

Tributos federais (situação: Devedor):

10580.724.298/2017 - 73 (*)

10580.724.885/2015-09 (*)

10580.725.014/2015-02 (*)

10580.727.567/2015-91 (*)

10580.729.483/2015-92 (*)

10580.729.650/2015-03 (*)

10580.909.760/2016-20 (*)

10580.911.089/2012-53 (*)

() Processos relacionados a débitos incluídos no PERT - pendente de consolidação pela RFB.*

Tributos federais (situação: Exigibilidade Suspensa na Receita Federal):

10580.725.791/2017-19

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo.

13. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 95.105.874 (em 2016, R\$ 92.605.874), conforme demonstrado a seguir:

	Capital social	
	2017	2016
Subscrito e integralizado	95.105.874	92.605.874
	95.105.874	92.605.874

No exercício de 2017 foi integralizado o montante de R\$ 2.500.000, (em 2016, R\$ 20.000.000) em moeda corrente.

14. RECEITA BRUTA

	2017	2016
Processamento	55.110.150	52.669.455
Intensivo em mão de obra	44.679.916	32.342.331
Conectividade	26.558.935	23.712.412
Armazenamento	182.287	220.650
Total	126.531.288	108.944.848

15. TRIBUTOS SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS

	2017	2016
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	(8.839.239)	(8.075.216)
ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(5.643.622)	(4.988.712)
Contribuição previdenciária (INSS)	(5.405.911)	(4.546.363)
PIS – Programa de Integração Social	(1.919.045)	(1.636.778)
ICMS	(92.836)	(13.376)
Total	(21.900.653)	(19.260.445)

A contribuição previdenciária (INSS) sobre a receita bruta foi instituída pela Medida Provisória nº 540, de 02 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com efeitos a partir de dezembro de 2011. A partir de dezembro de 2015, a alíquota foi majorada de 2% para 4,5% sobre o faturamento.

16. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2017	2016
Pessoal	(32.954.085)	(34.583.025)
Serviços de terceiros	(23.822.789)	(21.157.766)
Depreciação e amortização	(4.683.004)	(4.655.560)
Concessionárias de serviços públicos	(4.385.393)	(3.792.853)
Outros	(2.876.445)	(1.838.072)
Total	(68.721.716)	(66.027.276)

17. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Pessoal	(18.477.052)	(25.156.760)
Serviços de terceiros	(3.215.705)	(2.499.163)
Honorários da diretoria e do conselho	(1.037.443)	(936.005)
Concessionárias de serviços públicos	(429.112)	(451.291)
Materiais	(244.244)	(150.456)
Outros tributos e contribuições	(774.916)	(574.733)
Despesas diversas	(922.819)	(786.901)
Outros	(265.917)	(1.039.370)
Total	(25.367.208)	(31.594.679)

A variação ocorrida nas contas de Pessoal decorre, notadamente, das rescisões ocorridas durante o exercício de 2016 na Cia.

18. FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2017	2016
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	1.214.793	603.195
Rendimentos de aplicações financeiras	98.346	210.501
Descontos obtidos	140.713	109.109
Deduções s/ adesão ao PERT	3.046.408	15.759
(-) Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(57.736)	(2.751.717)
Multas	(173.889)	(565.905)
Juros	(49.598)	(252.868)
Outras despesas financeiras	(230.865)	(39.594)
Total	3.988.172	(2.671.520)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados através da sistemática do lucro real anual com base no resultado contábil ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária vigente.

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o lucro real, mais adicional de 10% (dez por cento). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída a alíquota de 9% (nove por cento).

Imposto de renda e contribuição social – Correntes

A Companhia apurou, em 2017, IRPJ e CSLL nos montantes de R\$ 546.170 e R\$ 205.261, respectivamente; enquanto, no exercício de 2016, apresentou prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social – Diferidos

Os tributos diferidos apurados serão reconhecidos para os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio da legislação tributária em vigor.

A Administração da Companhia constatou que, para o exercício de 2016 e 2017, os termos requeridos no Pronunciamento Técnico CPC PME, seção 29 – Tributos sobre o Lucro para reconhecimento de ativo fiscal diferido – não foram totalmente atendidos, motivo pelo qual não foi reconhecido o montante de R\$ 15.592.073 (Em 2016, R\$ 18.090.918).

Movimentação ocorrida no exercício de 2016:

	2015	Adições	Baixas	2016
<u>Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL</u>				
Anos-calendários anteriores a 2011	20.141.091	-	-	20.141.091
Ano-calendário 2012	4.967.869	-	-	4.967.869
Ano-calendário 2014	665.648	-	-	665.648
Ano-calendário 2015	7.386.698	-	-	7.386.698
Ano-calendário 2016	-	20.047.275	-	20.047.275
	33.161.306	20.047.275	0	53.208.581
<u>Tributos diferidos não reconhecidos</u>				
IRPJ	8.290.327	5.011.819	-	13.302.145
CSLL	2.984.518	1.804.255	-	4.788.772
	11.274.844	6.816.074	0	18.090.918

Movimentação ocorrida no exercício de 2017:

	2016	Adições	Baixas	2017
<u>Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL</u>				
Anos-calendários anteriores a 2011	20.141.091	-	-	20.141.091
Ano-calendário 2012	4.967.869	-	-	4.967.869
Ano-calendário 2014	665.648	-	-	665.648
Ano-calendário 2015	7.386.698	-	-	7.386.698
Ano-calendário 2016	20.047.275	-	-	20.047.275
Ano-calendário 2017	-	-	- 7.349.539	- 7.349.539
	53.208.581	0	-7.349.539	45.859.042
<u>Tributos diferidos não reconhecidos</u>				
IRPJ	13.302.145	-	- 1.837.385	11.464.760
CSLL	4.788.772	-	- 661.459	4.127.313
	18.090.917	0	-2.498.844	15.592.073

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros é determinada com base no valor dos ativos e do respectivo risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2017, o valor aproximado de cobertura da apólice vigente era de R\$ 25.220.000.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 2017, a Companhia, em atendimento ao quanto determinado no Pronunciamento Técnico CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) “PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, CPC nº 01 (R1) – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos” – e CPC nº 27 – “Ativo Imobilizado”, bem como no quanto determina o artigo 183 da Lei 6.404/1976, com alterações pertinentes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, promoveu os procedimentos necessários para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de elaboração de relatórios técnicos específicos de avaliação da recuperabilidade, revisão da vida útil e do valor residual dos bens mais relevantes e integrantes do ativo imobilizado – “Impairment”.

A Assembleia Geral da Cia., em 11/04/2017, deliberou a avaliação da contratação de empresa especializada para realização de Impairment na PRODEB, de acordo com a disponibilidade de fluxo de caixa. Nesse sentido, o processo de compra foi aberto em 13/11/2017, e o processo licitatório para essa contratação foi materializado no Edital - Pregão Eletrônico nº 002/2018 – publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 24/01/2018 e segue os trâmites administrativos normais para sua concretização.

A avaliação de recuperabilidade, a revisão da vida útil e do valor residual dos bens, poderão gerar ajustes nas demonstrações financeiras de 2018.
